

SERPA Participações S.A

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2024**

KPDS 1484658

Este documento foi assinado digitalmente por Aline Peres Eleuterio.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código A31C-C971-0797-7395.

Este documento foi assinado digitalmente por Aline Peres Eleuterio.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código A31C-C971-0797-7395.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
SERPA Participações S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SERPA Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SERPA Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Este documento foi assinado digitalmente por Aline Peres Eleuterio.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código A31C-C971-0797-7395.

Este documento foi assinado digitalmente por Aline Peres Eleuterio.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código A31C-C971-0797-7395.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

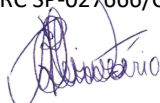
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.”

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto – SP, 29 de julho de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-027666/O-5 F SP



Aline Peres Eleutério

Contadora CRC 1SP295291/O-0

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Este documento foi assinado digitalmente por Aline Peres Eleutério.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código A31C-C971-0797-7395.

Este documento foi assinado digitalmente por Aline Peres Eleutério.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código A31C-C971-0797-7395.

SERPA Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>		<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.293	15	Fornecedores		-	1
Impostos a recuperar		4	185	Impostos e contribuições a recolher		585	4
Dividendos a receber	5	28.607	27.905	Empréstimos - partes relacionadas	9	1.139	1.139
Outras contas a receber	6	1.638	1.529	Dividendos e juros sobre o capital próprio	5	40.024	57.065
Total do ativo circulante		47.542	29.634	Outras contas a pagar		1.448	1.311
				Total do circulante		43.196	59.520
Não circulante				Não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas	6	3.602	25.835	Empréstimos e financiamentos	8	30.587	24.241
		3.602	25.835	Provisão para perdas em investimentos		1.452	1.452
Investimentos	7	447.775	403.961	Total do passivo não circulante		32.039	25.693
		447.775	403.961				
Total do ativo não circulante		451.377	429.796	Total do passivo		75.235	85.213
				Patrimônio líquido			
				Capital social	10	117.707	110.907
				Reserva legal		15.410	12.292
				Adiantamento para futuro aumento de capital		-	6.800
				Reservas de lucros		277.831	233.387
				Ajuste de avaliação patrimonial		12.736	10.831
				Total do patrimônio líquido		423.684	374.217
Total do ativo		498.919	459.430	Total do passivo e do patrimônio líquido		498.919	459.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERPA Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas operacionais líquidas	11	15.154	-
Lucro bruto		15.154	-
Despesas gerais e administrativas	12	(54)	(28)
Outras despesas operacionais		(348)	-
Resultado operacional		14.752	(28)
Receitas financeiras	13	1.837	1.906
Despesas financeiras	13	(7.195)	(1.652)
Resultado financeiro líquido		(5.358)	254
Resultado da equivalência patrimonial	7	55.008	117.507
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		64.402	117.733
Imposto de renda e contribuição social		(2.026)	(175)
Lucro líquido do exercício		62.376	117.558
Quantidade de ações ao final do exercício - em milhares		117.707	117.707
Lucro líquido básico e diluído por ação - em R\$		0,53	1,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERPA Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	62.376	117.558
Outros resultados abrangentes:	<u>12.736</u>	<u>10.831</u>
Total do resultado abrangente	<u>75.112</u>	<u>128.389</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERPA Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros			Resultados acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		110.907	6.800	6.414	149.607	6.294	-	280.022
Lucro líquido do exercício	10 c.	-	-	-	-	-	117.558	117.558
Constituição de reserva legal		-	-	5.878	-	-	(5.878)	-
Efeito reflexo de investidas	7 (ii)	-	-	-	-	4.557	-	4.557
Dividendo mínimo e obrigatório	10 c.	-	-	-	-	-	(27.920)	(27.920)
Constituição de reserva		-	-	-	83.760	-	(83.760)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		110.907	6.800	12.292	233.367	10.851	-	374.217
Aumento de capital	10 a.	6.800	-	-	-	-	-	6.800
Adiantamento para futuro aumento de capital	10 a.	-	(6.800)	-	-	-	-	(6.800)
Ajustes		-	-	-	20	(20)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	62.376	62.376
Constituição de reserva legal	10 b.	-	-	3.119	-	-	(3.119)	-
Efeito reflexo de investidas	7 (ii)	-	-	-	-	1.905	-	1.905
Dividendo mínimo e obrigatório	10 c.	-	-	-	-	-	(14.814)	(14.814)
Constituição de reserva		-	-	-	44.443	-	(44.443)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		117.707	-	15.411	277.830	12.736	-	423.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERPA Participações S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		62.376	117.558
Ajustes do exercício			
Equivalência Patrimonial	7	(55.008)	(117.507)
Juros e variação cambial de empréstimos e financiamentos	8	6.346	(132)
Imposto de renda e contribuição social		(2.026)	175
Variações nas contas patrimoniais			
Impostos a Recuperar		181	(75)
Outras contas a receber		(109)	-
Fornecedores e contas a pagar		(1)	-
Impostos e Contribuições a Recolher		3.542	(175)
Outras contas a pagar		137	148
Caixa gerado pelas operações		15.438	(8)
Imposto de renda e contribuição social		(936)	-
Juros pagos		-	(631)
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) atividades operacionais		14.502	(639)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(116)	(49)
Empréstimos recebidos de partes relacionadas	6	22.233	2
Baixa de participação societária		349	-
Recebimento pela venda de participações societárias		-	1.319
Aumento de capital nas investidas		(267)	(400)
Dividendos recebidos das investidas	5	12.431	1.095
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		34.630	1.967
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	5	(31.854)	(1.321)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(31.854)	(1.321)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		17.278	7
Demonstração do aumento caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		15	8
Caixa e equivalentes de caixa em 31º de dezembro		17.293	15
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		17.278	7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicados de outra forma)

1 Contexto operacional

A SERPA Participações S.A. (“Companhia”) constituída em 02 de julho de 2012, na forma de sociedade empresária limitada. A Companhia foi transformada em sociedade por ações em 07 de julho de 2021, visando realizar a emissão de debêntures para investir no crescimento de seus investimentos. Permanece seu objeto social de participação acionária em outras sociedades na qualidade de sócia, cotista, acionista ou associada para qualquer forma prevista em lei, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar, Sala 15 - Torre Oeste, São Paulo, Estado de São Paulo.

A SERPA Participações S.A. participa e é sócia da Companhia RuasInvest S.A., cujo percentual de participação no capital social é de 33,33%, todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre a Companhia e os demais sócios, independente do percentual de participação, por esse motivo, de não possuir controle, a Companhia divulga suas demonstrações financeiras somente de forma individual, ou seja, não apresenta as demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia ainda participa e é sócia de outras empresas cujos percentuais de participação no capital social variam de 0,0297% a 39,7042% (controladas em conjunto e/ou coligadas – Nota explicativa nº 7), no entanto todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre a Companhia e os demais sócios, independente do percentual de participação.

2 Políticas contábeis materiais

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024:

- Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) – alterações ao CPC 03 e CPC 40
- Classificação do passivo como circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 e CPC 23
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou joint venture – alterações ao CPC 36 e CPC 18.

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.1 Base de apresentação

2.1.1 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1.2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia 29 de julho de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.2 Moeda estrangeira

2.2.2.1 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

2.2.2.2 Operações no exterior

Os ativos e passivos das operações no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

2.2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na nota explicativa nº 13 - Instrumentos Financeiros.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.2.4 Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

2.2.6 Partes relacionadas

A Companhia faz transações financeiras com suas controladas cujos recursos são aplicados nas atividades de investimento. As operações realizadas não provocam prejuízos aos acionistas não controladores nem, em prejuízo da Companhia, favorecimento de sociedade coligada e controladora ou controlada. Adicionalmente, a Companhia faz transações financeiras com outras partes relacionadas não controladas, cujas condições pactuadas dependem dos montantes, prazos e demais variáveis. As condições contratadas seguem usualmente as praticadas no mercado, sem que haja perda ou favorecimento entre as partes.

2.2.7 Outras contas pagar

A Companhia faz o diferimento sobre os juros a receber de transações entre partes relacionadas oriundas de venda de cotas de participação, reconhecendo no resultado no momento da liquidação integral do contrato.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Os ativos financeiros da Companhia referem-se a caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis em 90 dias a partir de sua emissão, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.3.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Desreconhecimento (baixa)

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar, mensurados ao custo amortizado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Classificação corrente versus não corrente

Os ativos e passivos são registrados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa.
- Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:
- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.

- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados no não circulante.

a. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido.

b. Apuração de resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência.

b.1 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/ perdas líquidos de variação cambial sobre os ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

c. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos incrementais atribuídos diretamente à emissão de novas ações ou opções são reconhecidos no patrimônio líquido como dedução, líquida de impostos, dos recursos obtidos.

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando designados, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

3 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Algumas novas normas serão efetivas para os exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

- IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:

Requer a classificação das receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas em: categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes novas normas e alterações tenham impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02)
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	17.293	15
	17.293	15

- (i) As aplicações financeiras correspondem a instrumentos de alta liquidez e sem risco de alteração significativa de mudança de valor, deste modo, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração do fluxo de caixa. Esses títulos referem-se a aplicações financeiras realizadas em Certificados de Depósito Bancário - CDB, em banco de primeira linha, remunerados a taxa de 120% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 2024 e 2023.

5 Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber e a pagar

a. A receber

	2024	2023
RuasInvest S.A.	28.607	27.905
	28.607	27.905

Movimentação dos saldos

	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro	27.905	25.169
Dividendos recebidos da RuasInvest S.A.	(12.431)	(1.095)
Aumento de capital na investida RuasInvest S.A.	-	(24.166)
Dividendo mínimo obrigatório a receber	13.133	27.997
Saldo em 31 de dezembro	28.607	27.905

No exercício de 2024, a investida RuasInvest S.A. registrou em seu balanço dividendo mínimo obrigatório a pagar no montante de R\$39.399 (2023 - R\$83.992). Consequentemente, a Companhia registrou o valor de R\$13.133 (2023 - R\$27.997) referente à participação acionária de 33,33%.

b. A pagar

	2024	2023
Paulo José Dinis Ruas	39.984	57.008
Sines Investimentos Ltda.	40	57
	40.024	57.065

A movimentação dos dividendos a pagar no período é como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	57.065	30.466
Dividendos pagos	(31.855)	(1.321)
Dividendo mínimo obrigatório	14.814	27.920
Saldo em 31 de dezembro de 2024	40.024	57.065

6 Outras contas a receber - Partes relacionadas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Sines Investimentos Ltda. (i)	3.636	25.738
Tondela Investimentos Ltda.	-	27
RuasInvest S.A. (ii)	1.258	1.441
SF 174 Part. Societárias S.A.	71	70
RuasInvest Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	88
Ama Waters	275	-
	<u>5.240</u>	<u>27.364</u>
Circulante	1.638	1.529
Não circulante	3.602	25.835

- (i) No exercício de 2024, a empresa Sines Investimento Ltda. efetuou pagamentos no montante de R\$ 22.085. O saldo remanescente no montante de R\$3.653 (2023 - R\$25.738) será liquidado durante o ano de 2025.
- (ii) Refere-se a contas a receber pela venda de participação societária na Queluz Participações Ltda. para a RuasInvest S.A., pelo montante de R\$5.467, sendo o contrato de compra e venda com incidência de juros de 3,15% a.a. mais atualização monetária de 100% do CDI. Em 2023, a Companhia recebeu o montante de 1.319. Em agosto de 2024 foi celebrado o terceiro aditivo contratual, o qual prorrogou o vencimento da última parcela para 30 de dezembro de 2025, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI.

7 Investimentos

(i) Saldos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
RuasInvest S.A. (a)	433.484	389.414
Sines Investimentos Ltda..	-	349
Funchal Transportes e Participações Ltda	7.098	7.135
RuasInvest Empreendimentos Imobiliários Ltda.	7.193	7.063
	<u>447.775</u>	<u>403.961</u>

- (a) O investimento na RuasInvest S.A. em 2024 refere-se a 154.631.968 ações subscritas e integralizadas (em 2023 - 143.666.667), que correspondem a 33,33% de participação no patrimônio líquido da investida.

				<u>2024</u>
Acionistas	Quantidade de ações	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Participação em %
SERPA Participações S.A.	154.632.968	154.632	154.632	33,33%
	<u>154.632.968</u>	<u>154.632</u>	<u>154.632</u>	<u>33,33%</u>
				<u>2023</u>
Acionistas	Quantidade de ações	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Participação em %
SERPA Participações S.A.	154.632.968	154.632	154.632	33,33%
	<u>154.632.302</u>	<u>154.632</u>	<u>154.632</u>	<u>33,33%</u>

(ii) Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	Participação	2023	Equivalência patrimonial	Efeito reflexo de investidas	Distribuição de lucros	Aquisição / (Baixa)	Mutações no PL	Outros	2024
RuasInvest S.A. (i)	33,33%	389.414	55.298	1.905	(13.133)	-	-	-	433.484
Sines Investimentos Ltda. (ii)	18,92%	349	-	-	-	(349)	-	-	-
Ama Waters Ind. e Com. de Bebidas	39,7042%	(1.452)	-	-	-	-	-	-	(1.452)
Funchal Transportes e Participações Ltda	33,33%	7.135	(36)	-	-	-	-	-	7.099
RuasInvest Empreend. Imobiliários Ltda	33,33%	7.063	(254)	-	-	-	267	116	7.192
Saldos em 31 de dezembro		<u>402.509</u>	<u>55.008</u>	<u>1.905</u>	<u>(13.133)</u>	<u>(349)</u>	<u>267</u>	<u>116</u>	<u>446.323</u>
Classificado como investimentos		403.961							447.775
Classificado como passivo a descoberto em investimentos		<u>(1452)</u>							<u>(1.452)</u>
		<u>402.509</u>							<u>446.323</u>

	Participação	2022	Equivalência patrimonial	Efeito reflexo de investidas	Distribuição de lucros	Aquisição / (Baixa)	Mutações no PL	2023
RuasInvest S.A. (i)	33,33%	270.805	117.884	4.558	(27.997)	-	24.166	389.414
Sines Investimentos Ltda.	18,92%	467	(118)	-	-	-	-	349
Ama Waters Ind. e Com. de Bebidas	39,7042%	(1.426)	(26)	-	-	-	-	(1.452)
Funchal Transportes e Participações Ltda	33,33%	7.203	(68)	-	-	-	-	7.135
RuasInvest Empreend. Imobiliários Ltda	33,33%	6.827	(164)	-	-	-	400	7.063
Saldos em 31 de dezembro		<u>283.877</u>	<u>117.508</u>	<u>4.558</u>	<u>(27.997)</u>	<u>-</u>	<u>24.566</u>	<u>402.509</u>
Classificado como investimentos		285.303						403.961
Classificado como passivo a descoberto em investimentos		<u>(1.426)</u>						<u>(1.452)</u>
		<u>283.878</u>						<u>402.509</u>

- (i) Em 04 de março de 2022, a Companhia, em conjunto com as coligadas Amarante Participações S.A. e MJR Participações S.A. constituiu uma sociedade limitada denominada RuasInvest Empreendimentos Imobiliários Ltda, cada sócio possui 33,33% do capital social subscrito, com a finalidade de participação em outras sociedades.

(iii) Informações relevantes das investidas

Empresas	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
RuasInvest S.A.	1.907.928	1.664.834	607.475	496.592	1.300.453	1.168.242	165.895	353.652
Ama Waters Ind. e Com. de Bebidas	2.027	2.027	5.688	5.685	(3.661)	(3.657)	(3)	(1.645)
Funchal Transportes e Participações Ltda	21.294	21.409	1	4	21.293	21.405	233	(205)
RuasInvest Empreend. Imobiliários	21.578	21.433	-	1.444	21.578	19.989	(656)	(491)

8 Empréstimos

a. Saldos

Modalidade	Garantia	Instituição financeira	Encargos	Vencimento	2024	2023
Cédula de crédito bancário	Aval	Santander	4,2374 %a.a.	set/26	30.587	24.241
					30.587	24.241
				Não circulante	30.587	24.241

Refere-se a cédula de crédito bancário celebrado com o Banco Santander, em 21 de setembro de 2021, em moeda estrangeira no montante de Euro 4.466.000.

Em 14 de setembro de 2023 foi celebrado o aditamento do contrato de empréstimo no montante de EUR 4.466.000, remunerados a 4,2374% ao ano, com vencimento de principal e juros em 14 de setembro de 2026.

O contrato não prevê atingimento de determinados índices financeiros, tendo como garantias aval do acionista e *Standby Letter of Credit* junto à instituição financeira credora.

b. Reconciliação da dívida líquida

	2024	2023
Empréstimos	30.587	24.241
Total da dívida	30.587	24.241
Caixa e equivalentes de caixa	(17.293)	(15)
Total da dívida líquida	13.294	24.226

	Empréstimos	
	2024	2023
Dívida líquida em 01 de janeiro	24.226	25.003
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa		
Pagamento de juros	-	(631)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa		
Apropriação de juros	1.000	682
IR sobre empréstimos	153	175
Variação cambial	5.193	(989)
Outros	15	-
Total da dívida	30.587	24.241
Caixa e equivalentes de caixa	(17.293)	(15)
Dívida líquida em 31 de dezembro	13.294	24.226

9 Empréstimos - Partes relacionadas

Parte relacionada - A pagar	Modalidade	Encargos	Vencimento	2024	2023
APM	Mútuo	Sem encargos	Sem vencimento	1.139	1.139
				1.139	1.139

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em julho de 2021 a Companhia foi transformada de sociedade limitada para sociedade por ações, passando a constituir reserva legal e de lucros, bem como passando a distribuir dividendo mínimo obrigatório conforme previsto na Lei das S.A.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito estava distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

2024				
Acionistas	Ações	Capital subscrito	Capital integralizado	Participação em %
Paulo José Dinis Ruas	117.598.456	117.598	117.598	99,90%
Sines Investimentos Ltda.	109.000	109	109	0,10%
	<u>117.707.456</u>	<u>117.707</u>	<u>117.707</u>	<u>100,00%</u>

2023				
Acionistas	Ações	Capital subscrito	Capital integralizado	Participação em %
Paulo José Dinis Ruas	117.598.456	117.598	110.798	99,90%
Sines Investimentos Ltda.	109.000	109	109	0,10%
	<u>117.707.456</u>	<u>117.707</u>	<u>110.907</u>	<u>100,00%</u>

Em 2024, a Companhia registrou, em 7 de março de 2024 conforme ata, o aumento de capital social através de AFAC, o qual encontra-se totalmente subscrito e integralizado, passando o mesmo de R\$ 110.907 para R\$ 117.707.

b. Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por ações, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Distribuição dos lucros (dividendos) e Juros sobre Capital Próprio (JCP)

Conforme descrito no estatuto social da Companhia, os acionistas decidiram pela destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido dos exercícios, após a destinação de 5% para a reserva legal. Por deliberação da diretoria, o saldo remanescente será destinado para a reserva de retenção de lucros, para futuras destinações, conforme for deliberado pelos acionistas em AGO. Por consequência, o saldo de reservas de lucros que excede ao capital social encontra-se a disposição dos acionistas para deliberação na próxima AGO.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	62.376	117.558
Constituição da reserva legal (5%)	(3.119)	(5.878)
Base de cálculo dos dividendos	<u>59.257</u>	<u>111.680</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	14.814	27.920
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	25%

d. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

	2024	2023
Numerador		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	62.376	117.558
Denominador		
Média ponderada do número de ações no exercício	<u>117.707</u>	<u>117.707</u>
Resultado por ação		
Lucro básico e diluído por ação	0,53	1,00

Nos termos do art. 199 da Lei nº.6404/76, a Companhia possui excesso de reservas sobre o capital, o que será tema de deliberação na próxima Assembleia Geral.

11 Receitas de prestação de serviços

A Companhia participa nas negociações para vendas de veículos eletrificados realizados por meio da empresa CAIO, investida da sua controlada RuasInvest S.A. Esta receita é reconhecida pelo regime de caixa, sendo registrada no resultado no momento do recebimento. Em 2024, a companhia recebeu o montante conforme abaixo:

	2024
Receita de intermediação de negócios	16.062
Impostos:	
ISS	(321)
PIS	(104)
Cofins	<u>(483)</u>
	15.154

Receita líquida de intermediação de negócios

De acordo com a legislação fiscal, há incidência de retenção na fonte de imposto de renda correspondente à 1,5% sobre o valor bruto das receitas auferidas com intermediação de negócios, totalizando o montante líquido recebido de R\$ 15.821.

12 Despesas gerais e administrativas.

	2024	2023
Serviços de terceiros	29	3
Serviços de auditoria e consultoria	<u>25</u>	<u>25</u>
	54	28

13 Resultado financeiro, líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	971	-
Variação cambial ativa	866	1.906
	1.837	1.906
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos bancários	(1.000)	(682)
Variação cambial passiva	(6.038)	(917)
Outras	(157)	(53)
	(7.195)	(1.652)
Resultado financeiro, líquido	(5.358)	254

14 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxas de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

(i) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 (trinta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros:

	Valor contábil	Valor futuro
Empréstimos e financiamentos	30.587	33.015
Dividendos a pagar	40.024	40.124
Outras a pagar	1.448	1.448
	<u>72.059</u>	<u>74.587</u>

O valor futuro foi calculado a partir da despesa financeira bruta projetada até a data de vencimento não levando em consideração a incidência de tributos. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2024 projetando os índices até 30 de setembro de 2026.

(ii) Risco de crédito

A companhia está exposta a um baixo risco de crédito e este está associado principalmente ao descumprimento de uma obrigação de pagamento de dividendo ou lucro por parte de uma investida (coligada ou controlada).

Os recursos financeiros, quando disponíveis, são investidos apenas em contrapartes aprovadas pela diretoria e dentro dos limites estabelecidos em comitês de gestão de riscos, a fim de minimizar a concentração de riscos e mitigar a ocorrência de prejuízos financeiros.

a) Aplicações financeiras:

As aplicações financeiras estão contratadas em instituições financeiras de primeira linha, com elevado grau de classificação de risco de crédito por agências independentes.

b) Dividendos e juros sobre capital próprio a receber:

Os valores a receber a título de dividendos e juros sobre capital próprio referem-se, predominantemente a empresas controladas ou coligadas. A Companhia avalia que o risco de crédito associado a esses recebíveis é baixo, uma vez que são oriundos de investidas com sólida situação financeira. Adicionalmente, tais valores são registrados com base em deliberações societárias previamente aprovadas, o que reduz significativamente a possibilidade de inadimplência.

c) Avaliação geral:

A Companhia não possui histórico de perdas por crédito e entende que seu risco de crédito está adequadamente gerenciado. A administração realiza, periodicamente, avaliações da exposição e revisa os critérios de provisionamento, quando aplicável.

(iii) Risco de moeda

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava a seguinte exposição à variação cambial de passivos denominados em euros:

Empréstimo	Valor da dívida em R\$ 31/12/2024	Valor da dívida em Euros 31/12/2024 (a)	Taxa Euro em 31/12/2024 (a)	Cenários Taxas			
				A 20%	B 50%	C (20%)	D (50%)
Santander	30.587	4.754	6,434	7,721	9,652	5,148	3,217
Valores em R\$				36.707	45.884	24.471	15.294

- (a) Conforme nota explicativa nº 8, refere-se a cédula de crédito bancário celebrado com o Banco Santander, em 21 de setembro de 2021, em moeda estrangeira no montante de Euro 4.466, vencimento em setembro de 2026. A taxa de juros do contrato de empréstimo em euros é de 4,2375% a.a.

Os valores correspondentes aos efeitos de variação cambial foram calculados na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no saldo provável foram adicionadas aos percentuais de deterioração de 20%, 50% e (20%), (50%) para os cenários A,B,C e D.

(iv) Risco de taxa de juros

Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Não houve alterações na abordagem da Companhia referente a administração de capital durante o ano.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

	2024	2023
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Aplicações financeiras	17.293	15
Outras contas a receber	5.274	27.364
	22.567	27.379
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	30.587	24.241
Empréstimos - partes relacionadas	1.139	1.139
Outras contas a pagar	1.448	1.311
	33.174	26.691

Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, aproximam-se dos seus valores registrados ao custo amortizado, conforme tabela acima.

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- Nível 3 - informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia estão todos classificados no nível 2.

* * *

Paulo José Dinis Ruas
Diretor Presidente

Cássia Casamassa Fonseca
Controller CRC 1SP 255.695/O-7

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/A31C-C971-0797-7395>.

Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

Código para verificação: A31C-C971-0797-7395



Hash do Documento

687560508B57229EA7DD899F9F65A17990FF0114C9A85D64DDBC8174AC0D17DE

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/07/2025 é(são) :

Aline Peres Eleutério - 093.607.546-50 em 29/07/2025 15:02

UTC-03:00

Nome no certificado: Aline Peres Eleuterio

Tipo: Certificado Digital